SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: O BOLSA FAMÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS DA ONU

FOOD SECURITY IN BRAZIL: BOLSA FAMÍLIA AND ITS CONTRIBUTION TO THE UN SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS

Jaíne Brandão De Oliveira[1]

RESUMO

O Programa Bolsa Família (PBF) celebra 20 anos em 2023, dialogando diretamente com questões de Segurança Internacional, nas Relações Internacionais, enquanto se torna um pilar estratégico para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) delineados pela ONU para 2030. Nesse contexto, o objetivo geral desta análise é investigar o papel do Programa Bolsa Família como política pública de transferência de renda condicionada na promoção da Segurança Alimentar no Brasil, a fim de analisar a interação com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 da ONU e suas implicações às relações internacionais. Para atingir esse propósito, três objetivos específicos foram delineados: (a) contextualizar a Segurança Alimentar no âmbito das Relações Internacionais, explorando suas conexões com o desenvolvimento sustentável e a estabilidade global; (b) examinar a estrutura, funcionamento e impacto do PBF na Segurança Alimentar das famílias beneficiárias, e; (c) analisar o alinhamento do Programa com o ODS 2 da ONU e sua contribuição para a segurança internacional, particularmente na erradicação da fome. A abordagem metodológica desta investigação é de caráter multidisciplinar, integrando revisão bibliográfica, pesquisa documental produzida pela Organização das Nações Unidas e pelo Estado brasileiro, bem como análise de dados quantitativos de institutos brasileiros. O estudo revela que as dinâmicas das políticas sociais no Brasil estão ligadas à eficácia do Programa Bolsa Família, logo, isso impacta no alcance do ODS 2 que, por sua vez, afeta a estabilidade global. Por meio deste estudo, busca-se ampliar a compreensão da intersecção das disciplinas de Relações Internacionais, Segurança Internacional e Segurança Alimentar.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Segurança Alimentar; Segurança Internacional; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The Bolsa Família Program (PBF) celebrates its 20th anniversary in 2023, engaging directly with issues of International Security in the field of International Relations, while becoming a strategic pillar for achieving the Sustainable Development Goals (SDGs) outlined by the UN for 2030. In this context, the overall objective of this analysis is to investigate the role of the Bolsa Família Program as a conditional cash transfer public policy in promoting food security in Brazil, in order to analyze its interaction with UN Sustainable Development Goal 2 and its implications for international relations. To achieve this purpose, three specific objectives were outlined: (a) contextualize Food Security in the context of International Relations, exploring its connections with sustainable development and global stability; (b) examine the structure, functioning, and impact of the PBF on the food security of beneficiary families, and; (c) analyze the alignment of the Program with UN SDG 2 and its contribution to international security, particularly in eradicating hunger. The methodological approach of this investigation is multidisciplinary, integrating literature review, documentary research produced by the

[1] *Discente do Curso de Relações Internacionais da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão II, sob a orientação da Profª. Dra.Patrícia da Costa Machado. E-mail: jaine.oliveira0100@unilasalle.edu.br. Data de entrega: 15 dez. 2023.

United Nations and the Brazilian state, as well as the analysis of quantitative data from Brazilian institutes. The study reveals that the dynamics of social policies in Brazil are linked to the effectiveness of the Bolsa Família Program, consequently impacting the achievement of SDG 2, which in turn affects global stability. Through this study, the aim is to broaden the understanding of the intersection of the disciplines of International Relations, International Security, and Food Security.

Keywords: Bolsa Família Program; Food Security; International Security; Sustainable Development Goals.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF), instituído pelo Estado brasileiro, completa 20 anos em 2023 e a compreensão de seus impactos na sociedade permanece sendo estudada por diversas áreas de conhecimento. Partindo de conceitos e abordagens do campo das Relações Internacionais, o PBF dialoga diretamente com temas de Segurança Internacional, além de ser um importante elemento para alcançar as metas previstas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) para 2030. Por esse motivo, esta pesquisa assume uma relevância no âmbito das Relações Internacionais. O Bolsa Família, como política pública crucial no combate à fome e à pobreza, demanda uma análise aprofundada de seus impactos sociais. Além disso, sua convergência com os ODS da ONU confere dimensão global à pesquisa.

Nessa perspectiva, a pergunta que permeia esta análise é: De que maneira o Programa Bolsa Família, sob a ótica da Segurança Alimentar, impacta nas dinâmicas das relações internacionais, considerando o compromisso do Brasil com a agenda global de desenvolvimento sustentável da ONU? Para ajudar a responder esta questão, foi definido como objetivo geral deste estudo investigar o papel do Programa Bolsa Família na promoção da Segurança Alimentar no Brasil como uma política pública de transferência de renda condicionada, a fim de analisar a interação com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 da ONU e suas implicações às relações internacionais.

Por conseguinte, para alcançar esse objetivo, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: (a) contextualizar a Segurança Alimentar no âmbito das Relações Internacionais, explorando suas conexões com o desenvolvimento sustentável e a estabilidade global; (b) examinar a estrutura, funcionamento e impacto do PBF na Segurança Alimentar das famílias beneficiárias, e; (c) analisar o alinhamento do Programa com o ODS 2 da ONU e sua contribuição para a segurança internacional, particularmente na erradicação da fome.

A escolha do tema é motivada pela relevância atual, pela lacuna de conhecimento existente nessa área e pelo interesse pessoal no assunto. Em um contexto em que o Brasil retorna ao Mapa da Fome[2] depois de ter servido como inspiração para diversos países em se tratando de políticas de combate à pobreza extrema, conforme demonstrou a obra "Do Fome Zero ao Zero Hunger" elaborado pela Food and Agriculture Organization (FAO), compreender o papel do Programa Bolsa Família e seus impactos nas relações internacionais oferece insights valiosos para governos, instituições acadêmicas, ONGs e empresas, sendo indispensável para orientar a tomada de decisões políticas, definir estratégias e identificar oportunidades.

[2]De acordo com o relatório "The State of Food Security and Nutrition in the World 2023", o Brasil tinha 1,9% da população em situação de Insegurança Alimentar grave entre 2014 e 2016, o que marcou a saída do país do Mapa da Fome. Contudo, entre 2020 e 2022, o mesmo relatório constatou que a população nesta situação passou para 21,1 milhões de pessoas, representando quase 10% do povo brasileiro (FAO, 2023).

Ademais, essa análise aborda uma área pouco explorada no conhecimento acadêmico sobre a intersecção das disciplinas de Relações Internacionais, Segurança Internacional e Segurança Alimentar, com foco na política alimentar brasileira e seu impacto nas relações internacionais. Isso porque a pesquisa lança luz sobre as dinâmicas internacionais e examina como a promoção da Segurança Alimentar no âmbito nacional pode ter implicações para a segurança internacional.

Em síntese, foram os motivos pelos quais escolhi cursar Relações Internacionais que incentivaram esta pesquisa: para dar voz às minorias e para contribuir com políticas efetivas a fim de tornar o mundo um lugar melhor, mais digno e mais justo para todos.

Com relação à metodologia, a presente pesquisa adota uma abordagem metodológica multidisciplinar integrando revisão bibliográfica, pesquisa documental e análise de dados quantitativos. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da revisão sistemática de obras acadêmicas, artigos, relatórios e publicações relevantes sobre o tema. Essa etapa permitiu a compilação de uma ampla fundamentação teórica-conceitual que serviu de base para o estudo.

A pesquisa documental envolveu a coleta e análise de documentos oficiais e registros produzidos pela ONU e suas agências, bem como pelo Estado brasileiro. Essas fontes forneceram legislação nacional, relatórios e resoluções de organizações internacionais com informações essenciais sobre as políticas de Segurança Alimentar no Brasil, seu alinhamento com os ODS e sua interação com a comunidade internacional.

Além disso, a análise de dados quantitativos foi realizada por meio da interpretação de estatísticas já existentes sobre a Segurança Alimentar no Brasil, dados econômicos, indicadores de desenvolvimento e outros dados relevantes. Esses dados quantitativos foram coletados de fontes como o Food and Agricultural Organization, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Fundação Oswaldo Cruz. A análise quantitativa ajudou a identificar tendências, correlações e padrões.

Por fim, a pesquisa adotou uma abordagem crítica e analítica, buscando interpretar os resultados com base em uma revisão aprofundada do referencial teórico. Essa estratégia permitiu uma compreensão mais significativa das interações entre políticas públicas, Segurança Alimentar e segurança internacional no contexto brasileiro e global, contribuindo para o avanço dos estudos na área de Relações Internacionais.

A estrutura do presente artigo se organiza da seguinte forma: no primeiro capítulo, é contextualizado a Segurança Alimentar nas relações internacionais, explorando suas conexões com o desenvolvimento sustentável e a estabilidade global. Serão aprofundados conceitos fundamentais, como Segurança Internacional, Segurança Humana e, especificamente, Segurança Alimentar, destacando a interconexão entre pobreza, conflitos e Segurança Alimentar. O capítulo culminará com uma visão contemporânea da ONU sobre Segurança Alimentar, preparando o terreno para a análise subsequente do Programa Bolsa Família e sua contribuição para a Segurança Alimentar no Brasil e sua conformidade com os compromissos internacionais.

O segundo capítulo se concentrará na análise da estrutura, funcionamento e impacto do Programa Bolsa Família (PBF) na Segurança Alimentar das famílias beneficiárias. Iniciando com uma contextualização histórica desde o governo de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990, será explorada a transição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) para o Programa Comunidade Solidária e, posteriormente, para o Bolsa Família. A evolução do PBF, unificando programas anteriores e estabelecendo condicionalidades também será abordado neste capítulo, bem como as transformações institucionais, como a introdução do Cadastro Único, destacando o papel crucial na padronização e fiscalização dos programas. Também serão examinados os objetivos iniciais do PBF e sua eficácia ao longo dos anos, evidenciando os resultados positivos na Segurança Alimentar, conforme indicado por pesquisas e relatórios, além das mudanças recentes, como a

transição para o Programa Auxílio Brasil e a retomada do Bolsa Família no novo mandato de Lula. Este capítulo buscará compreender o papel do PBF na promoção da Segurança Alimentar no contexto das políticas de transferência de renda condicionada e sua contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente na erradicação da fome no Brasil.

Já, o terceiro capítulo dedica-se a analisar o alinhamento do Programa Bolsa Família com o ODS 2 da ONU, concentrando-se na sua contribuição para a segurança internacional, especialmente na erradicação da fome. Inicialmente, o capítulo contextualiza as políticas de Segurança Alimentar ao longo dos 20 anos do Bolsa Família, evidenciando as transformações no cenário operacional do programa. O estudo avança para a definição do Objetivo 2, destacando suas metas específicas e, em seguida, critica as "submetas" estabelecidas pela ONU, considerando as mudanças nas taxas de Insegurança Alimentar no Brasil ao longo do tempo. Além disso, o capítulo explora o papel do IBGE e da FioCruz na assessoria técnica e destaca as mudanças de abordagem ao longo dos governos, enfatizando a influência do Bolsa Família como uma política impactante na redução da pobreza. Ao concluir, a análise ressalta a narrativa dinâmica que emerge da interligação entre decisões políticas, eficácia de programas sociais e seu impacto no cenário internacional, questionando o compromisso do Brasil com a agenda global de desenvolvimento sustentável da ONU.

2 A SEGURANÇA ALIMENTAR NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SUAS CONEXÕES COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ESTABILIDADE GLOBAL

A importância da Segurança Alimentar (SA) está entrelaçada nas complexas relações internacionais, diretamente ligada ao bem-estar das pessoas e à estabilidade mundial. Ao investigar esse tema, podemos entender como a SA - ou a falta dela - desempenha um papel fundamental nas dinâmicas globais, afetando, assim, as interações entre os países no cenário internacional. Para compreendermos integralmente a magnitude do objeto da pesquisa, é imperativo estabelecer uma definição para alguns conceitos e contextos.

Segurança, segundo Baldwin (1997), é a condição em que existe uma “baixa probabilidade de dano aos valores adquiridos” (em tradução livre), que pode ser aplicada a de um determinado indivíduo, grupo, organização ou estado. Essa definição ampla de segurança reconhece que a segurança pode ser alcançada não apenas por meio da eliminação de ameaças, mas também pela redução da probabilidade de que essas ameaças causem danos aos valores em questão.

Dito isso, é imprescindível definir o termo “Segurança Internacional”, que, de acordo com Rudzit (2005), não há um único conceito. Ainda assim, o autor define que para os realistas a segurança é garantida por meio do poder e para a escola idealista ela é resultado da paz. Este conceito está diretamente ligado à Segurança Nacional, que, por sua vez, pode focar na proteção interna do país para minimizar sua vulnerabilidade ou orientar-se para o exterior, enfrentando ameaças externas por meio de negociações diplomáticas ou, em última instância, operações militares.

É primordial para esta análise também conceituar a Segurança Humana, que surgiu pela primeira vez no Informe Sobre Desarrollo Humano, de 1994, definido por Mahbub ul Haq e publicado para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Segundo o documento, a segurança humana abrange dois principais aspectos: a proteção contra ameaças crônicas, como fome, doenças e repressão, e a defesa contra perturbações repentinas na vida cotidiana, as quais podem ser resultado de ações humanas, escolhas políticas equivocadas ou forças naturais. Esse conceito reconhece a importância de garantir o bem-estar das pessoas em

todos os níveis de desenvolvimento, destacando a necessidade de prevenir e responder a ameaças que afetam a qualidade de vida.

Dentro desse contexto, existe a Segurança Alimentar que, de acordo com a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial, "[...] é quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a alimentos seguros e nutritivos suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável."(FAO, 1996).

Para o Glossário Saúde Brasil do governo brasileiro, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) compreende a concretização do direito de todos à obtenção regular, duradoura e sem restrições a alimentos de alta qualidade, seja de maneira direta ou através de transações financeiras, assegurando alimentos seguros em quantidade e qualidade apropriadas e suficientes, sem prejudicar o acesso a outras necessidades fundamentais - as quais devem estar alinhadas às tradições culturais da comunidade, visando assegurar uma existência isenta de receios, digna e completa nas esferas física e mental, tanto individual quanto coletivamente. Sendo assim, a Insegurança Alimentar (IA) se manifesta na falta de integralidade e plenitude da SAN (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

O Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022 do PNUD destaca a complexidade da SA ao sobrepujar a mera disponibilidade de alimentos, abrangendo diversas dimensões sociais, econômicas e ambientais. O documento aponta a Insegurança Alimentar (IA) como uma das quatro vias principais com o potencial de prejudicar o bem-estar mental das pessoas. Além disso, o relatório evidencia que a IA, em conjunto com outros fatores como a interconexão entre angústia mental, desigualdade e IA, impacta de maneira significativa o desenvolvimento de crianças, especialmente em famílias com níveis sociais mais baixos. Com base nisso, crianças que crescem nesse contexto tendem a manter padrões alimentares desequilibrados mesmo após superar as dificuldades iniciais. Este impacto pode alterar o desenvolvimento do cérebro e do corpo, com implicações duradouras ao longo da vida, sugerindo a formação de um ciclo intergeracional prejudicial que se torna um entrave ao desenvolvimento humano (PNUD, 2022). Ainda, de acordo com os Relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2016 a 2023, por exemplo, mostraram que a desnutrição crônica em crianças menores de 5 anos tem impacto além da saúde, na capacidade cognitiva e no desempenho escolar. Felizmente, destaca-se que a influência negativa desses efeitos pode ser mitigada por instituições sociais e por meio de políticas públicas[3], como as de transferências de renda para as mães. No entanto, conforme mostra o Relatório de 2016, apenas 45% da população mundial tinha acesso à proteção social, deixando de fora 4 bilhões de pessoas (ONU, 2016 - 2023).

No cenário global, o período de 1930 a 1945 marcou o início das preocupações com a Segurança Alimentar transcendendo as esferas locais e nacionais. Após a Primeira Guerra Mundial, as questões globais estavam sob a responsabilidade da antiga Liga das Nações, predecessora da ONU. Foi nesse contexto que a Divisão de Saúde da Liga das Nações conduziu uma pesquisa cujo relatório revelou a escassez alimentar aguda em países pobres, destacando a fome e desnutrição global. Contudo, a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) só foi estabelecida em 1943, em vista da necessidade emergente em reforçar o compromisso global com a Segurança Alimentar. Nessa perspectiva, é essencial examinar como políticas e ações internacionais podem influenciar a Segurança Alimentar e, por conseguinte, o desenvolvimento humano em escala mundial (FAO, 2012).

A Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial de 1996 destaca que a fome e a Insegurança Alimentar têm dimensões globais e tendem a persistir e se agravar, especialmente em face do aumento previsto da população mundial e das pressões sobre os

[3] Segundo Thomas R. Dye, em tradução livre, Políticas Públicas podem ser definidas como as escolhas feitas pelos governos para regular comportamentos, organizar burocracias, distribuir benefícios e/ou extrair recursos.

recursos naturais. Ela reconhece que um ambiente político, social e econômico pacífico é determinante para que os Estados priorizem efetivamente a SA e a erradicação da pobreza, deixando evidente a relação entre a Segurança Alimentar, desenvolvimento sustentável e estabilidade global. O documento também expõe a interconexão entre pobreza, conflitos, terrorismo, corrupção, degradação ambiental e InSegurança Alimentar. Com base nisso, entende-se que países com governos de baixo índice de democracia, baixa confiança nos direitos humanos e com pouca ou nenhuma participação de homens e mulheres de forma igualitária apresentam maiores probabilidades de taxas altas de InSegurança Alimentar - o que perturba a estabilidade global e o desenvolvimento sustentável (FAO, 1996).

Os Relatórios da ONU entre os anos de 2016 e 2023 também apresentam uma clara relação entre Insegurança Alimentar, desenvolvimento sustentável e estabilidade global. Segundo suas análises, a erradicação da fome é intrinsecamente ligada a sistemas de produção alimentar sustentáveis. Nessa perspectiva, o aumento nos preços dos alimentos é causado por fatores como a diminuição na produção, a desvalorização da moeda e a insegurança, evidenciando a vulnerabilidade global. Sendo assim, esses eventos podem desencadear instabilidade socioeconômica, especialmente em contextos de desigualdade e pobreza. (ONU, 2016 - 2023)

Os relatórios também demonstram que a IA também está associada a questões sociais, econômicas e ambientais. A relação entre conflitos e Insegurança Alimentar é enfatizada pelos impactos dos conflitos violentos, que causam deslocamentos forçados e aumentam a subalimentação. Em 2016, pela primeira vez em uma década, a quantidade de pessoas subalimentadas aumentou, chegando a 815 milhões, de acordo com o Relatório. Pode-se identificar, com isso, que os conflitos, associados a eventos climáticos extremos, agravam a InSegurança Alimentar, destacando a interconexão entre Segurança Alimentar e paz. O documento também mostra que a pandemia de COVID-19 intensificou os desafios alimentares, com interrupções nas cadeias de suprimentos, perdas de renda e aumento das desigualdades sociais. Ainda, durante o período de 2020 a 2021, entre 720 e 811 milhões de pessoas enfrentaram fome, conforme mostra o Relatório. E em 2022, o aumento dos preços dos alimentos, agravado pela crise na Ucrânia e Rússia, representou uma ameaça adicional à Segurança Alimentar Mundial. A dependência de países importadores destes afeta a oferta global de alimentos, exigindo ações conjuntas para evitar escassez e interrupções nas cadeias de suprimentos (ONU, 2016 - 2023).

Em face da compreensão das dinâmicas que moldam as relações internacionais e suas complexas interconexões com o desenvolvimento sustentável e a estabilidade global, na chegada dos anos 2000, a ONU instituiu os Objetivos do Milênio (ODM), que consistia em 8 objetivos para serem alcançados até 2015, os quais tiveram resultados satisfatórios. Nessa perspectiva, em 2015, foi elaborado e aprovado por 193 países, a Agenda 2030 que definiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sucessores dos ODM, com 17 metas - sendo um deles a erradicação da fome (ODS 2), o qual o presente trabalho se atém a analisar de forma mais enfática (IBGE, 2016).

De acordo com os ODS, o nome oficial do segundo objetivo é “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, tendo como principal meta “Erradicar a fome, alcançar a Segurança Alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”. É simbólico enfatizar que o nome do objetivo, o planejamento e as metas delimitadas foram baseados no sucesso do programa brasileiro “Fome Zero”, de acordo com o informativo “Do Fome Zero ao Zero Hunger: uma perspectiva global”- o que demonstra a relevância das experiências nacionais nas dinâmicas globais e a dimensão que o programa alcançou dentro e fora do Brasil (FAO, 2019).

Diante disso, ao contextualizar as conexões entre Segurança Alimentar, estabilidade global e desenvolvimento sustentável nas relações internacionais, é possível identificar a SA

como um elemento de grande impacto. Tendo estabelecido as bases conceituais necessárias, torna-se mais assertivo a análise de como o Programa Bolsa Família opera nesse cenário. A próxima etapa desta pesquisa se concentra na estrutura e no funcionamento do PBF, sendo fundamental para a compreensão de como uma política de transferência de renda condicionada pode afetar diretamente a Segurança Alimentar das famílias beneficiárias e indiretamente influenciar objetivos internacionais de forma sinérgica.

3 A ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS

Para falarmos do Programa Bolsa Família é primordial começarmos pela década de 1990, mais precisamente no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1995. Como pontua a assistente social Rute Gusmão, a temática da fome, da política e da pobreza neste período estava ligada à lógica neoliberal. De acordo com a historiadora Denise De Sordi (2019), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que promoveu a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar - a qual abordou temas como as iniciativas cidadãs em nível local, a interação entre o Estado e a sociedade, os setores de saúde e educação, os desafios agrários e o progresso nas áreas rurais, as políticas agrícolas, a promoção de empregos e as estratégias para a distribuição de renda - foi extinto no mesmo ano em que FHC tomou posse, "substituído", em seguida, pelo Programa Comunidade Solidária (PCS). Porém, conforme declaração em entrevista para o Roda Viva em 1999, Ruth Cardoso, esposa de FHC, esclarece que o objetivo do Programa não era assistencial, mas de fomento ao gerenciamento e financiamento de políticas sociais pelas empresas e instituições privadas.

Como De Sordi (2019) expõe, o que se presencia neste período do primeiro governo de FHC é a Reforma do Estado de acordo com os princípios do Consenso de Washington e a subordinação aos postulados do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Organização Mundial do Comércio - em outras palavras, uma desregulamentação do Estado na garantia de políticas públicas. Sendo assim, devido à influência do processo de globalização, estimulou-se o voluntarismo sem intenções de transformar as condições de vida da população, o que negligenciou o reconhecimento dos direitos sociais.[4]

A falta de visibilidade nacional para a questão da fome ficou evidenciada na Caravana da Cidadania, que percorreu 26 estados brasileiros entre 1993 e 1996. Idealizada pelo Instituto Cidadania (oriundo do Governo Paralelo do PT em 1990 - atual Instituto Lula), a iniciativa buscava discutir temas locais. Durante as reuniões, a comunidade expressava suas dificuldades e preocupações, o que acumulou material significativo sobre as mazelas da população brasileira, com destaque para a problemática da fome. Entretanto, de acordo com José Graziano, na época enfrentou-se desafios para inserir o tema na agenda nacional por meio das prefeituras petistas devido a uma crença generalizada de que a distribuição de cestas básicas era a solução. Somente no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, entre 1998 e 2002, que foi desenvolvido a Rede Brasileira de Proteção Social que consistia em programas de transferência de renda condicionada; dentre eles, o Bolsa Escola, o Bolsa

[4]Conforme De Sordi (2019) esclarece em sua Tese, a transferência da responsabilidade coletiva para a individual, característica do projeto neoliberal, desvincula o capital de contribuições compulsórias, transformando sua intervenção em ações voluntárias baseadas na "responsabilidade social" e na "consciência cidadã", o que resulta na falta de acesso e conhecimento dos indivíduos em relação aos seus direitos, especialmente em um cenário de analfabetismo, pobreza e fome. A cidadania, assim, fica restrita à capacidade individual de lidar com questões sociais. Por isso, o debate sobre parcerias com o terceiro setor destaca a impossibilidade de pleno acesso aos direitos e exercício da cidadania, uma vez que políticas de assistência social gerenciadas por entidades privadas impedem a fiscalização e participação do público afetado, comprometendo a universalização real dos direitos sociais.

Alimentação e o Programa Auxílio Gás. Este último foi o primeiro a ser ofertado a toda uma população pobre definida pelo critério de renda. Essa condicionalidade se deu a partir de discussões sobre Renda Básica e Renda Mínima. A principal diferença entre elas reside na abordagem mais universalista da Renda Básica, a qual procura alcançar a todos, independentemente de sua situação econômica, enquanto a Renda Mínima tem uma abordagem mais focalizada, direcionando seus recursos para um público específico com base em critérios de renda - sendo esta última a qual se tornou determinante nos programas posteriores (DE SORDI, 2019).

Além disso, havia o argumento de que a renda deveria ser um direito dos homens e mulheres e não deveria estar centrado na organização da família, porém o argumento que encontrou apoio de organismos internacionais foi o do economista José Márcio Camargo, que atribuiu a pobreza no país à ineficácia do sistema educacional, à concentração de terra, à estrutura fiscal e à legislação trabalhista, que propiciava contratos de emprego de curta duração, com baixa remuneração e sem vínculo duradouro entre o trabalhador e as empresas. Em resposta a esses desafios, ele propôs que o Programa complementasse a renda de todos os trabalhadores, desde que seus filhos estivessem matriculados em escolas públicas. Tais características permaneceriam em todos os programas de transferência de renda condicionada a partir de então (DE SORDI, 2019).

Dessa forma, de acordo com De Sordi, o Bolsa Escola seguia a lógica de que a condição de pobreza é devido à falta de acesso à educação[5], a qual é influenciada pela carência de recursos financeiros. Esse ciclo é agravado pela necessidade das crianças contribuírem para a renda familiar por meio do trabalho, o qual acaba por causar a evasão escolar. Portanto, as políticas sociais foram redirecionadas para mitigar a pobreza, sem, contudo, alterar a dinâmica contemporânea de acumulação de riqueza. Além disso, tornou-se mandatório, neste Programa, o acompanhamento da saúde das crianças nos postos de saúde e na participação das famílias nos chamados Grupos Socioeducativos. Outro aspecto significativo derivado do programa Bolsa Escola foi a introdução da transferência de renda por meio de cartão magnético, juntamente com o estabelecimento do Cadastro Único em 2001, destinado a servir como base informativa para os programas - este último viabilizou a padronização da aplicação, fiscalização e manutenção dos programas a nível nacional.

> O Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público. (BRASIL, 2007)

Ambas as iniciativas tinham como propósito prevenir possíveis falhas e desvios nos repasses, e, mesmo após várias reformulações, foram mantidas nos programas implementados durante os governos Lula, conforme mostra a tese de De Sordi.

Como as administrações municipais do Partido dos Trabalhadores (PT) gerenciavam alguns programas vinculados ao Bolsa Escola e divergiam das abordagens do Programas do governo FHC, que possibilitou-se que o PT acumulasse experiência na promoção do acesso alimentar por meio de cooperativas, bancos comunitários e programas de renda mínima. Assim, o Instituto Cidadania desenvolveu o "Projeto Fome Zero: Uma proposta de combate à fome no Brasil" apresentando sugestões para uma possível agenda governamental de Lula, que iria disputar as eleições que se aproximavam (DE SORDI, 2019).

---

[5] É interessante ressaltar que apesar da preocupação com o acesso à educação, não houve a mesma atenção para a qualidade do ensino público, pois, conforme destaca De Sordi em sua tese, o ensino também foi utilizado como um meio de capacitação de mão de obra sem custos para o capital.

O Fome Zero foi então instituído como Projeto no primeiro mandato Lula, em 2003, encontrando sua base no CONSEA, que também foi reativado neste mesmo governo. Tendo percebido que o indivíduo em situação de pobreza necessita de mais do que apenas suprir a fome imediata, sendo necessário adquirir agasalhos ou medicamentos, por exemplo[6], o Fome Zero seguiu utilizando o Cartão Alimentação e só passou a ser um Programa governamental em 2005, sendo gerido pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA). A concepção dada pela equipe foi direcionada à articulação de diversas ações sociais, tanto novas quanto já existentes. Entretanto, o Programa ruiu pouco depois de um ano após seu início por diversos problemas, entre eles a limitação de recursos. No âmbito institucional, o Fome Zero cambiou então, para o status de Estratégia (DE SORDI, 2019).

Em 2003, surge o Programa Bolsa Família (PBF), o qual, deve ser compreendido dentro da esfera estratégica do Fome Zero, Colocando os beneficiários de baixa renda no centro da política de assistência social e conectando-lhes condicionalidades como contrapartida, organizadas com base em princípios morais e na identidade delineada pela condição de pobreza, acabou por refletir a marca do governo Lula, conforme pontua De Sordi (2019).

O Programa destacou-se por unificar os nacionais de Renda Mínima vinculado à educação e à saúde, como o "Bolsa Escola", de 2001, e o "Bolsa Alimentação" de 2001, respectivamente, bem como o "Auxílio Gás" de 2002 - desenvolvidos durante o segundo governo de FHC. Com respaldo financeiro advindo de organismos internacionais, o PBF concentrou-se na aplicação do controle social no que diz respeito à distribuição dos benefícios, com uma extensa fiscalização dos beneficiários. Esta supervisão era realizada pelo Estado, dentro da estrutura da assistência social, e pelos gestores municipais do programa (DE SORDI, 2019).

Dessa forma, os objetivos iniciais do Programa consistiam em:

> I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; IV - combater a pobreza; e V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público. (BRASIL, 2004)

Por seu sucesso e reconhecimento social, emerge como o pioneiro na centralização institucional da gestão do combate à pobreza, solidariedade e organização das lutas sociais no Brasil, no que diz respeito a políticas públicas de transferência de renda condicionada - fazendo um contraste com as políticas anteriores que não reconheciam como papel do Estado o provimento de políticas de cunho social (DE SORDI, 2019).

Nessa perspectiva, ao longo dos anos de 2004, 2009 e 2013, foi notado um incremento significativo nos níveis de SAN, como ressaltado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) em 2021. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 apontam uma situação de Segurança Alimentar de 65%, elevando-se para 70% em 2009 e atingindo 77% em 2013. Essa trajetória positiva ao longo desses anos reflete o aumento da capacidade de acesso da população brasileira aos alimentos.

Alguns estudos corroboram com os dados percebidos pela Rede PENSSAN, como em uma pesquisa integrativa, que incluiu 17 publicações de 2004 a 2017 e um estudo transversal realizado com estudantes em uma cidade de pequeno porte no interior do norte de Minas Gerais, na qual a antropometria realizada em 261 crianças mostrou que 5% estavam abaixo

[6] Isso abre o debate sobre a autonomia do indivíduo, o processo de emancipação social e sobre a expectativa da sociedade em torno de “como o pobre deve agir e pensar”- todavia, o presente trabalho não compreende o aprofundamento de tal análise, deixando uma janela de oportunidade para pesquisas futuras sobre o tema.

do peso, 20,7% apresentavam excesso de peso e 74,3% tinham peso adequado. Isso demonstra que o Bolsa Família teve impacto positivo no estado nutricional e na Segurança Alimentar dos beneficiários, contribuindo para reduzir desigualdades socioeconômicas e reduzir a fome (CARVALHO, 2019). Além disso, outra pesquisa realizada em Vitória da Conquista, na Bahia, em 2015, revelou que o Programa tem impactos positivos, como o aumento da frequência escolar e o cumprimento das agendas de acompanhamento da saúde (SUZART; FERREIRA, 2018). Ainda, outra análise verifica a eficiência relativa das Unidades Federativas brasileiras na conversão de investimentos no Bolsa Família e PIB per capita em melhorias nos indicadores de Segurança Alimentar nos anos 2004, 2009 e 2013, que revelou que o Programa é estatisticamente significativo na redução da desnutrição, mortalidade infantil e Insegurança Alimentar, contribuindo também para o aumento da expectativa de vida (CAMPOLI et al., 2018). Ademais, segundo o relatório "Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)" da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) de 2018, para entender a Segurança Alimentar sob a perspectiva de acesso a alimentos, a FAO reconhece o impacto positivo do PBF na renda disponível das famílias para alimentação, contribuindo para a redução da desnutrição crônica no Brasil e que levou o país a sair do mapa da fome em 2014.

Contudo, após isso, o país enfrentou uma inflexão preocupante na Segurança Alimentar, conforme indicado pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2017-2018. A prevalência nacional de Segurança Alimentar caiu para 63,3%, atingindo seu ponto mais baixo, afetando milhões de domicílios e indivíduos (IBGE, 2017 - 2018). Um fator que contribuiu para isso foi o impacto do desmonte do suporte institucional, a partir de 2016, nos Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Bolsa Família, reconhecidos por seus sucessos no combate à pobreza (PEBCAST, 2023). O PBF, gerenciado pelo CadÚnico, enfrentou uma ruptura pelo governo Bolsonaro (2018-2022) para se tornar o Programa Auxílio Brasil, gerando debates sobre sua eficácia diante das políticas macroeconômicas e das suspeitas de motivações eleitoreiras. Isso exemplifica a mudança na abordagem do governo em relação à pobreza (DE SORDI, 2023).

Nesse contexto, foi implementado o Auxílio Brasil, que tinha como objetivos:

> I - promover a cidadania com garantia de renda e apoiar, por meio dos benefícios e serviços ofertados pelo Suas, a articulação de políticas direcionadas aos beneficiários, com vistas à superação das vulnerabilidades sociais das famílias; II - reduzir as situações de pobreza e de extrema pobreza das famílias beneficiárias; III - promover, prioritariamente, o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, por meio de apoio financeiro a gestantes, a nutrizes, a crianças e a adolescentes em situação de pobreza ou de extrema pobreza; IV - promover o desenvolvimento das crianças na primeira infância, com foco na saúde e nos estímulos às habilidades físicas, cognitivas, linguísticas e socioafetivas, de acordo com o disposto na Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016; V - ampliar a oferta do atendimento das crianças em creches; VI - estimular crianças, adolescentes e jovens a terem desempenho científico e tecnológico de excelência; e VII - estimular a emancipação das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, principalmente por meio: a) da inserção dos adolescentes maiores de 16 (dezesseis) anos, dos jovens e dos adultos no mercado de trabalho; b) da integração das políticas socioassistenciais com as políticas de promoção à inclusão produtiva; e c) do incentivo ao empreendedorismo, ao microcrédito e à inserção no mercado de trabalho formal. (BRASIL, 2021)

O PAB, ao desconsiderar a responsabilidade do Estado na produção e reprodução da pobreza, representou uma virada conservadora nas políticas sociais do Brasil, conforme pontua De Sordi (2023).

O impacto da IA acentuou-se durante a pandemia da Covid-19, conforme evidenciado pelo inquérito da Rede PENSSAN de 2021. O desemprego e a subutilização do trabalho

também aumentaram, agravando a situação. O sistema de SAN, baseado nas dimensões de acesso, disponibilidade, estabilidade do acesso e uso dos alimentos, sofreu uma transformação significativa (DE SORDI, 2023).

Somente em 02 de março de 2023 que o Programa Bolsa Família é retomado no novo mandato do governo Lula iniciado no mesmo ano e o Auxílio Brasil é encerrado (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, 2023). Assim, o PBF renova seus compromissos:

> I-prioridade e respeito aos que precisam de mais proteção; II - garantia de renda e ampliação da proteção de crianças na primeira Infância; III- aprimoramento do Cadastro Único para alcance dos que mais precisam de transferência de renda e; IV - fortalecimento da articulação federativa e intersetorial (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, 2023).

O Programa então completou um ciclo de 20 anos em outubro de 2023. Contudo, o atual cenário ainda aponta para desafios significativos na garantia da Segurança Alimentar no Brasil, exigindo uma análise crítica das mudanças políticas ao longo dessas duas décadas e de suas consequências para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, principalmente no que tange à erradicação da fome e consequente garantia e manutenção da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.

4 O ALINHAMENTO DO PBF COM O ODS 2 DA ONU E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURANÇA INTERNACIONAL NA ERRADICAÇÃO DA FOME

Ao longo dos 20 anos de Bolsa Família, as políticas de SA adotadas pelo Estado brasileiro têm passado por significativas transformações, moldando o cenário no qual o Programa opera. Para analisarmos o alinhamento de tais políticas ao longo desse período é indispensável aprofundar um pouco mais o estudo sobre como o ODS 2 é definido e como é feita a avaliação de seus resultados.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 determinado pela ONU tem como principal meta “Acabar com a fome, alcançar a Segurança Alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”. E, para alcançá-las foram estabelecidas oito principais “submetas”, entre elas:

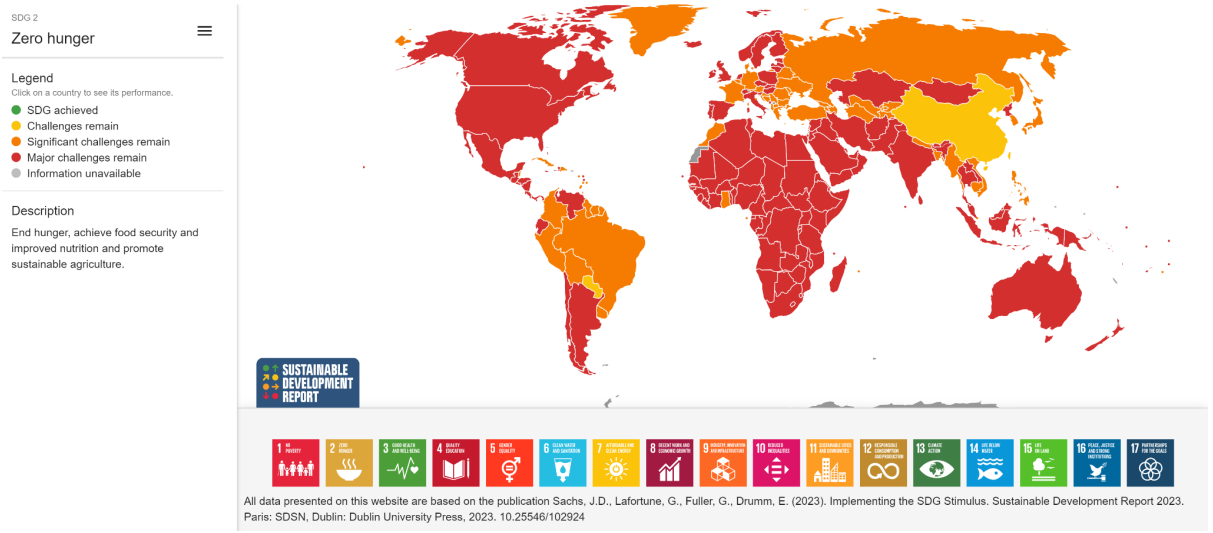
> 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;
> 2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas;
> 2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos. (ONU BRASIL, 2015).

Estas, por sua vez, também têm suas “micrometas” que funcionam como indicadores para possibilitar medir o sucesso (ou não) de cada Objetivo e, por conseguinte, da Agenda. É inevitável ressaltar que, apesar das “submetas” serem um guia geral aplicado a todos os países, cada Estado tem as suas metas elaboradas de acordo com a sua realidade, bem como os indicadores. Sendo assim, as “submetas”, incluindo as do exemplo acima, tiveram suas redações levemente alteradas com justificativa, conforme apresentadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

> 2.1 Até 2030, erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano.
> 2.2 Até 2030, erradicar as formas de má-nutrição relacionadas à desnutrição, reduzir as formas de má-nutrição relacionadas ao sobrepeso ou à obesidade, prevendo o alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição aguda em crianças menores de cinco anos de idade, e garantir a Segurança Alimentar e nutricional de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, pessoas idosas e povos e comunidades tradicionais.
> 2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de alimentos e seus derivados, facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, promover o fortalecimento de políticas públicas de estoque e abastecimento, incluindo investimento em logística e distribuição, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos e garantir, em nível nacional, a soberania alimentar e Segurança Alimentar e nutricional. (IPEA, 2019)

Em conjunto com o IPEA, estão o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz) atuando na assessoria técnica de forma permanente (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MEC, 2023). O IBGE está incumbido do acompanhamento dos indicadores do ODS 2 no Brasil, o qual desenvolveu um website exclusivo para esse rastreio, odsbrasil.gov.br. Neste site, é possível compreender todo o processo de análise de cada indicador, de forma detalhada, em cada ano de pesquisa, contando com explicação das fórmulas utilizadas e gráficos para elucidar a compreensão do público geral. Dos 14 indicadores de erradicação da fome no Brasil, segundo o IBGE, 7 já foram alcançados, 4 estão em construção e 3 estão sem dados. Em geral, a “submeta” 2.1 alcançou um êxito de 50% dos indicadores, enquanto a “submeta” 2.2 obteve sucesso em ⅓ dos indicadores, por exemplo - o que nos indica um cenário aparentemente positivo. Em 2001, 10,7% da população brasileira estava em situação de Insegurança Alimentar grave e, em 2014, o Brasil alcançou a marca de apenas 2,5% de seus habitantes vivendo nestas condições; concretizando metade da “submeta” 2.1 dos ODS 2 e tirando o Brasil do Mapa da Fome, conforme o Relatório de Desenvolvimento Sustentável da ONU de 2020. Contudo, de acordo ainda com estes documentos, esse cenário perdurou somente até 2019, quando essa taxa voltou a subir, atingindo a marca de 4,1% em 2020. Este documento não apresenta atualização para esta “submeta” após tal ano. Todavia, o relatório da FAO, The State of Food Security and Nutrition in the World 2023, informa que entre 2020 e 2022 o Brasil retornou à marca de quase 10% da população vivendo em IA grave, retrocedendo uma conquista tão significativa para o país.

Figura 1 - sem título



(Fonte: Sustainable Development Report - ONU, 2023).

A figura acima foi retirada do Relatório de Desenvolvimento Sustentável da ONU, ou *SDR* na sigla em inglês, e apresenta o estado de implementação dos ODS no âmbito mundial em 2023. Faz-se necessário notar que, em se tratando de erradicação da fome, o mundo está longe de conquistar tal feito dentro da Agenda 2030. A pandemia de COVID-19 e as crises econômicas, geopolíticas e de saúde, bem como a crescente instabilidade política, intensificaram o retrocesso no alcance dos objetivos em todo o globo, conforme análise da ONU em seus Relatórios de 2016 a 2023.

O status do Brasil neste mapa representa que, apesar do cenário desafiador que se construiu, o país realmente foi capaz de alcançar algumas metas do Objetivo 2, mas que ainda não conquistou todas. É importante reforçar que, apesar de o Relatório ser de 2023, alguns indicadores, por motivos não informados oficialmente[7], não foram atualizados depois de 2019, outros em 2020, poucos indo até 2022.

Além disso, o Relatório também informa que existe uma tendência de piora no cenário brasileiro para com a SAN. Isso significa que o Brasil não conseguiu manter sua progressão nas metas devido a uma série de fatores - o que ainda está afetando no cumprimento dos Objetivos. Alguns desses fatores (se não os principais) foram as medidas tomadas pelos governos ao longo do período do Bolsa Família que impactaram na estrutura e no desenvolvimento do Programa - o qual se mostra como uma das políticas sociais brasileiras mais influentes no Brasil da atualidade, em se tratando de redução da pobreza (DE SORDI, 2019).

Nessa perspectiva, para analisar não apenas a eficácia do PBF na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, mas também a sua capacidade de alinhar-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 da ONU, é essencial compreender as mudanças de abordagem dos governos das últimas duas décadas para com a SAN.

Durante o governo do Presidente Lula, as estratégias adotadas eram centradas na inclusão social e no combate à fome, com a compreensão de que a Segurança Alimentar é um pilar basilar para o desenvolvimento sustentável (VASCONCELOS et al., 2019). Nos dois primeiros mandatos de Lula, ocorreram a 2ª e a 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, promovendo uma cadeia de abastecimento curta, fortalecendo as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e contribuindo para o aumento da

[7] Especula-se que seja devido aos desafios de pesquisas e de execução do Censo de 2020 durante a crise sanitária da Sars-Cov-2, bem como o corte orçamentário que ocorreu durante o governo Bolsonaro - o que gerou uma carta aberta de oito ex-presidentes do IBGE em defesa do orçamento para o Censo. O último Censo havia sido realizado em 2010 (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, 2021).

renda dos agricultores familiares, bem como propondo diretrizes, eixos e prioridades para a Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, destacando a soberania alimentar como elemento estratégico dessa política pública. Foi incluído via Emenda Constitucional, em 2010, a alimentação entre os direitos sociais no Brasil, conforme o Artigo 6º da Constituição Federal de 1988; e houve um aumento de disponibilidade de nutricionistas nas redes básicas de saúde após a criação do Núcleos de Apoio ao Programa Saúde na Família (NASF) (VASCONCELOS et al., 2019). De acordo com o *SDR* (2023), gradativamente a taxa de habitantes em IA grave foi sofrendo quedas. Quando Lula assumiu em 2002, a taxa era de 9,3%. Um ano depois, era 7,9%, uma queda de quase 1,5 p.p. no período. As medidas tomadas durante os governos Lula determinaram a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014, quando o país alcançou apenas 2,5% da população em IA grave.

Com relação ao governo Dilma, no primeiro mandato, conforme esclarece Vasconcelos et al., a ênfase foi direcionada ao combate à pobreza extrema, destacado pelo lançamento do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), que complementa o PBF em se tratando de garantir que famílias que não são contempladas pelo PBF ou o são, mas ainda se encontram em pobreza extrema, se mantenham acima da Linha da Pobreza[8]. Ainda, o Programa Bolsa Família passou por ajustes operacionais e financeiros, resultando em um reajuste no valor do benefício, com maior atenção às famílias em situação de maior vulnerabilidade, resultando na inclusão de 1,3 milhão de crianças. O Programa Brasil Carinhoso, iniciado em 2012, também concentrou-se em famílias extremamente pobres, mas neste caso, com crianças até seis anos beneficiárias do PBF, proporcionando o Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância. A partir de fevereiro de 2013, a complementação de renda foi estendida a todos os beneficiários do PBF, promovendo melhorias em creches e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A avaliação do Ministério do Desenvolvimento Social, em março de 2013, indicou que o PBSM beneficiou 22 milhões de brasileiros que deixaram a condição de extrema pobreza. Esse período ficou caracterizado pela continuação de ações do governo anterior em prol da manutenção do guarda-chuva de iniciativas do Bolsa Família para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Entretanto, o cenário internacional e as mudanças de administração trouxeram consigo diferentes abordagens para as políticas sociais. Algumas dessas mudanças foram marcadas por reestruturações e ajustes nas estratégias de Segurança Alimentar.

Entre 2015 e 2016, o Brasil, assim como boa parte do mundo, foi impactado por uma recessão econômica e aumento do desemprego, decorrentes de uma crise global - período que coincidiu com o segundo mandato de Dilma. De acordo com Vasconcelos et al., a partir de 2015, houve cortes significativos nos gastos governamentais, incluindo uma redução de 6% nos gastos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em comparação com 2014. Em 2016, as perdas acumuladas foram superiores a 30% em relação a 2014. O número de famílias beneficiadas pelo PBF diminuiu em 2015 e 2016, apesar do aumento no orçamento do programa neste último ano. A crise econômica foi agravada por uma crise política que levou ao impeachment da presidente em agosto de 2016.

Esses eventos refletem o contexto desafiador que afetou a continuidade e eficácia das políticas sociais, incluindo aquelas relacionadas à Segurança Alimentar. O vice-presidente na época era Michel Temer, que assumiu o governo logo após o impeachment. Isso resultou em rupturas institucionais e programáticas, acompanhadas por cortes orçamentários que tiveram impacto direto nas políticas de alimentação e nutrição (VASCONCELOS et al., 2019). Essas mudanças indicaram uma alteração de paradigma e retrocessos nos princípios e direitos anteriormente adquiridos.

---

[8] O Banco Mundial adota como linha de pobreza os rendimentos per capita US$ 5,50 PPC (Paridade do Poder de Compra), equivalentes a R$ 486 mensais per capita. Já a linha de extrema pobreza é de US$ 1,90 PPC, ou R$ 168 mensais per capita (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, 2021).

Destaca-se a aprovação do novo regime fiscal pela Emenda Constitucional nº 95, que congelou os valores reais dos pisos de gastos do governo com saúde e educação por duas décadas. Isso afetou os recursos destinados ao PBF e à Estratégia Saúde da Família (ESF), resultando em reduções na cobertura de ambos os programas. Também houve um corte significativo no orçamento destinado à Segurança Alimentar e Nutricional do Plano Plurianual - aproximadamente 76% - em 2017, em comparação com 2014 (VASCONCELOS et al., 2019).

Durante o governo Bolsonaro, também observou-se uma mudança significativa nas políticas sociais, com cortes orçamentários, inclusive no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - o qual é estruturante para a promoção da Segurança Alimentar - e reformas que impactaram diretamente a Segurança Alimentar. É, ainda, dotado de um alto simbolismo o fato que o governo Bolsonaro extinguiu o CONSEA em seu primeiro dia de mandato, desconsiderando o papel fundamental que este desempenhava na promoção da Segurança Alimentar- resultando no esvaziamento do II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) (PODCAST PEBCAST, 2023).

De acordo com a historiadora De Sordi (2023), houve então a desmoralização sistemática do Programa Bolsa Família, evidenciada por alterações estruturais e ameaças aos direitos consolidados dos beneficiários. Buscou-se deslegitimar o programa, utilizando estratégias que incluíram a não efetivação de propostas, como o pagamento da 13ª parcela aos beneficiários. A desativação do CadÚnico, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) também contribuiu para a desarticulação do PBF.

O governo Bolsonaro, assim, promoveu o distanciamento do Estado para com as políticas públicas de fomento à SAN, buscando a redução dos custos sociais, alinhado a uma política econômica orientada pelo teto de gastos. O PAB foi introduzido desvinculado do CadÚnico e sem discussão com as estruturas do SUAS, exemplificando a mudança na abordagem do governo em relação à pobreza e refletindo uma orientação clientelista e filantropisante da pobreza. As manifestações de protesto, como a Marcha contra a Fome, demonstraram a percepção da deterioração acelerada das condições de vida da população, conforme De Sordi (2023).

Esses elementos apresentados acima compõem a estrutura e funcionamento do contexto institucional que impacta a Segurança Alimentar das famílias beneficiárias do Bolsa Família. As medidas de austeridade adotadas pelo governo Temer e Bolsonaro se mostram como políticas que não estão só em desacordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 para a erradicação da fome, como também negligencia e nega direitos sociais aos cidadãos mais vulneráveis, visto que corroboram no regresso de conquistas brasileiras em se tratando de redução da pobreza e da IA. O impacto dessas políticas de austeridade vai além das fronteiras nacionais, afetando não apenas a SA das famílias beneficiárias do PBF, mas também comprometendo o alcance dos ODS no Brasil. Em última análise, essa investigação revela uma narrativa dinâmica, na qual as decisões políticas e a eficácia de programas sociais essenciais são intrinsecamente interligadas, influenciando o cenário internacional e questionando o compromisso do Brasil com a agenda global de desenvolvimento sustentável da ONU.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, buscou-se responder à seguinte pergunta: de que maneira o Programa Bolsa Família, na perspectiva da Segurança Alimentar, impacta nas dinâmicas das relações internacionais, levando em consideração o compromisso do Brasil com a agenda global de desenvolvimento sustentável da ONU? No contexto analisado, observa-se que as

escolhas políticas internas e a dinâmica das políticas sociais no Brasil estão estreitamente vinculadas à eficácia de programas fundamentais, como o Bolsa Família, e como isso repercute na estabilidade global.

As decisões políticas recentes levantam questionamentos sobre a dedicação do Brasil à agenda global de desenvolvimento sustentável da ONU, especialmente no que tange à erradicação da fome. Adicionalmente, as divergências nas abordagens adotadas por diferentes governos e a influência de fatores econômicos e políticos indicam desafios significativos. Encontrar um equilíbrio entre as necessidades internas e os compromissos assumidos internacionalmente para assegurar o bem-estar das populações mais vulneráveis emerge como um desafio na implementação eficaz de agendas internacionais diante de mudanças políticas internas. Destaca-se que este estudo evidencia a conexão entre o Programa Bolsa Família e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Como um dos mais significativos programas de política social das últimas décadas, o Bolsa Família desempenhou um papel indispensável na redução da pobreza durante seus primeiros dez anos, culminando no notável feito de retirar o Brasil do mapa da fome em 2014. Ao alinhar-se com o ODS 2 da ONU, voltado para a erradicação da fome, o programa não apenas abordou desafios internos, mas também contribuiu de forma substancial para a realização de metas globais de desenvolvimento sustentável. Essa intersecção entre a ação local e o impacto global reforça a importância estratégica do Bolsa Família nas dinâmicas das relações internacionais, consolidando-o como um instrumento poderoso na busca por um futuro mais sustentável e equitativo.

Ao contextualizar a Segurança Alimentar no âmbito das Relações Internacionais, explorando suas intrincadas conexões com o desenvolvimento sustentável e a estabilidade global, foi possível perceber a estreita ligação com o bem-estar das populações, indo além da mera disponibilidade de alimentos, abrangendo dimensões sociais, econômicas e ambientais. Em um contexto internacional, a Segurança Alimentar não apenas afeta o desenvolvimento humano, mas também desempenha um papel alicerçador na manutenção da paz e do desenvolvimento econômico, evidenciadas pelo impacto de conflitos violentos, eventos climáticos extremos e crises econômicas, que exacerbam a InSegurança Alimentar e contribuem para a instabilidade socioeconômica. Portanto, a Segurança Alimentar não é apenas um componente das relações internacionais; é uma peça impreterível para a construção de um mundo mais equitativo, estável e sustentável.

Em se tratando da estrutura, funcionamento e impacto do PBF na Segurança Alimentar das famílias beneficiárias, o Programa revela uma trajetória complexa e significativa ao longo das últimas décadas. Ainda que os resultados mostrem impactos positivos na Segurança Alimentar e Nutricional da população beneficiária, indicando um aumento constante na Segurança Alimentar entre 2004 e 2013, de acordo com dados da PNAD e estudos adicionais, a transição para o Programa Auxílio Brasil e a subsequente interrupção do PBF geraram debates sobre a eficácia das políticas macroeconômicas e motivações eleitoreiras.

No entanto, é crucial destacar que tais descobertas também apontam para desafios e retrocessos em relação às metas dos ODS, especialmente em períodos de transição política e mudanças nas políticas sociais. A POF de 2017-2018 revelou uma queda na SA, mostrando as dificuldades relacionadas ao desmonte institucional durante o governo Temer. Ainda assim, a retomada do Bolsa Família em 2023, sob o novo governo de Lula, destaca novos eixos, como prioridade aos mais vulneráveis e ampliação da proteção à primeira infância. Contudo, o cenário atual apresenta desafios na garantia da Segurança Alimentar, exigindo uma análise crítica das mudanças políticas ao longo de duas décadas e suas implicações nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente na erradicação da fome. Em suma, a trajetória do PBF na promoção da Segurança Alimentar no Brasil representa um fenômeno multifacetado, marcado por sucessos notáveis, desafios institucionais e mudanças políticas.

Por fim, um foco especial foi dedicado a examinar o alinhamento do Programa com o ODS 2 da ONU. Durante os governos de Lula e Dilma, houve uma ênfase na inclusão social e no combate à fome, refletida em conferências nacionais e políticas de SAN, o que resultou na saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014. No entanto, a partir de 2015, o país enfrentou desafios econômicos e políticos que afetaram diretamente as políticas sociais. Cortes orçamentários durante o governo Temer, mudanças institucionais e a aprovação do novo regime fiscal impactaram negativamente a continuidade e eficácia das políticas de Segurança Alimentar, incluindo o PBF. Já na gestão Bolsonaro foram introduzidas mudanças significativas nas políticas sociais, incluindo mais cortes orçamentários, extinção de órgãos e programas, e uma nova abordagem representada pelo Programa Auxílio Brasil. Essas mudanças desafiaram os princípios do ODS 2 e impactaram a eficácia do PBF.

Em conclusão, a análise destacou que as decisões sobre políticas e instabilidade internas, refletida em cortes orçamentários e alterações nas abordagens de políticas sociais, podem afetar indiretamente a capacidade do país de contribuir para metas globais de erradicação da fome, evidenciando que as ações de um país em relação à Segurança Alimentar têm impactos não apenas em sua população, mas também em sua posição e compromisso no cenário global.

Para otimizar a eficácia na promoção da Segurança Alimentar com a recente volta do Bolsa Família sob o atual governo do presidente Lula, sugere-se que as autoridades considerem ajustes na estrutura do programa e que planejem o alinhamento das estratégias nacionais com as metas dos ODS. Este ajuste deve levar em conta não apenas a efetividade do programa, mas também as mudanças políticas recentes e os desafios econômicos enfrentados pelo país, o que fortalecerá a posição do Brasil na busca pelo ODS 2 e também contribuirá significativamente para a SAN.

Por fim, destaca-se a importância de que pesquisas futuras examinem mais a fundo como a instabilidade interna e econômica impacta nas políticas de Segurança Alimentar em diferentes contextos nacionais. Além disso, para avançar na compreensão, sugere-se uma abordagem longitudinal mais detalhada, análises comparativas internacionais com programas similares ao PBF, investigação do impacto durante crises econômicas específicas, avaliação mais detalhada das políticas pós-2019 e estudo dos desafios na implementação do programa. Sendo assim, este artigo visa preencher lacunas específicas de conhecimento para que seja possível aprimorar a pesquisa científica e contribuir para políticas mais eficazes e práticas nas áreas de Segurança Alimentar e Segurança Internacional.

REFERÊNCIAS

BALDWIN, David A. “The Concept of Security.” **Review of International Studies**, v. 23, n. 1, 1997, p. 5–26. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/20097464. Acesso em 17 set. 2023.

BELANDI, Caio. **Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012.** Agência IBGE, 02 dez. 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012#:~:text=O%20Banco%20Mundial%20adota%20como,R%24%20168%20mensais%20per%20capita. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004 (revogada).** Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Diário Oficial da União: 20 set. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 (revogada).** Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Diário Oficial da União: 27 jun. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021(revogada).** Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Diário Oficial da União: 30 dez. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023**. Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023. Diário Oficial da União: 20 jun. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm#art13. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituída Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 19 set. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/instituida-comissao-nacional-para-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Insegurança Alimentar e Nutricional.** 14 dez. 2022. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional%23&sa=D&source=docs&ust=1702397718409466&usg=AOvVaw10RMHV10UnIPlGbBCmClVP. Acesso em: 13 dez. 2023.

CAMPOLI, Jessica Suárez et al. O Bolsa Família Aumentou a Eficiência para a Segurança Alimentar? **Revista Gestão da Produção Operações e Sistemas**, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 168, 2019. Disponível em: https://revista.feb.unesp.br/gepros/article/view/2617. Acesso em: 12 dez. 2023.

CARVALHO, Taciana Fonseca Braga de. **Estado nutricional e (in)segurança alimentar de beneficiários do programa bolsa família**. 2019. Dissertação (Mestrado em Cuidado Primário da Saúde) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019. Disponível em: https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/18/2022/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Taciana-Fonseca.pdf . Acesso em: 13 dez. 2023.

CONDICIONALIDADES do PBF: acompanhamento de saúde e de educação. Informe nº 018 - 15 de setembro de 2023. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Bolsa_Familia/Informes/2023/Informe_Bolsa_Familia_N_18.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

DE SORDI, Denise Nunes. **Reformas nos Programas Sociais brasileiros:** Solidariedade, Pobreza e Controle social (1990 – 2014). 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/24774/1/ReformasProgramasSociais.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

DE SORDI, Denise. Empobrecimento, fome e pandemia: o Auxílio Emergencial, o fim do Programa Bolsa Família e o Auxílio Brasil, 2019-2022. **Hist. cienc. Saúde**, Manguinhos, v. 30, n. 1, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Zz97SwmZnfrqSz4GSG6Q6Rx/?lang=pt. Acesso em: 13 dez. 2023.

DO Fome Zero ao Zero Hunger. [202-?]. Disponível em: https://ifz.org.br/download/7287/?tmstv=1700581430&v=7288 . Acesso em: 13 dez. 2023.

DYE, Thomas R. **Políticas públicas**. 14th ed. [s.l: s.n.], 2005. Disponível em: https://www.deshbandhucollege.ac.in/pdf/e-resources/pol-science/PS(H)-IV-Public%20Policy%20and%20Administration%20in%20India-1.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2023. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum. Rome, FAO. Disponível em: https://www.fao.org/3/cc3017en/cc3017en.pdf. Acesso em 13 out. 2023.

FONDO DE CULTURA ECONOMICA. **Informe sobre el desarrollo humano 1994**. New York: Oxford Press, 1994. Disponível em: https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr1994escompletonostatspdf.pdf . Acesso em: 13 dez. 2023.

GUSMÃO, Rute. A ideologia da solidariedade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 62. São Paulo: Cortez, 2000. p. 95.

IBGE. **IBGE sai em defesa do orçamento do Censo 2021**. 23 mar. 2021. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30350-ibge-sai-em-defesa-do-orcamento-do-censo-2021. Acesso em: 13 dez. 2023.

IBGE. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Transformando Nosso Mundo - A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, [202-?]. Disponível em: https://odsbrasil.gov.br/home/agenda. Acesso em: 13 dez. 2023.

IBGE. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Objetivo 2** - Fome Zero e Agricultura Sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, [202-?]. Disponível em:https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=2. Acesso em: 13 dez. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares**, [202-?]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html. Acesso em: 13 dez. 2023.

IPEA. **Estudo avalia avanços e desafios do país no combate à fome.** 11 jul. 2019. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34893&Itemid=9. Acesso em: 13 dez. 2023.

IPEA. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável. [202-?]. Disponível em: https://ipea.gov.br/ods/ods2. Acesso em: 13 dez. 2023.

OBJETIVOS de Desenvolvimento Sustentável • IBGE Explica. Brasília, 2016. 1 vídeo (3:51 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Fev2MHAa-qo&ab_channel=IBGE. Acesso em: 13 dez. 2023.

ONU. **Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible 2017**. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/files/report/2017/TheSustainableDevelopmentGoalsReport2017_Spanish.pdf . Acesso em: 13 dez. 2023.

ONU. **Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible 2018**. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/files/report/2018/TheSustainableDevelopmentGoalsReport2018-ES.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

ONU. **Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible 2022.** Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2022/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2022_Spanish.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

ONU. **The Sustainable Development Goals Report 2016**. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2016/# . Acesso em: 13 dez. 2023.

ONU. **The Sustainable Development Goals Report 2019**. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2019# . Acesso em: 13 dez. 2023.

ONU. **The Sustainable Development Goals Report 2020.** Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2020/#. Acesso em: 13 dez. 2023.

ONU. **The Sustainable Development Goals Report 2021.** Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2021/#. Acesso em: 13 dez. 2023.

ONU. **The Sustainable Development Goals Report 2023.** Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2023_Spanish.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 15 set. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel . Acesso em: 13 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Fome zero e agricultura sustentável.** [200-]. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/2 . Acesso em: 13 dez. 2023.

PEBCast. **Episódio 13.** A Fome e a Política Externa Brasileira. 27 mar. 2023. (1h16 min). Disponível em: https://open.spotify.com/episode/2K6nxHDR3JzFYvookrSpi0?si=iFR9pyzOQxO5h16KOnLgkw. Acesso em: 13 dez. 2023.

PLAN de Acción de la Cumbre Mundial sobre la Alimentación. Roma, 13 de noviembre de 1996. Disponível em: https://www.fao.org/3/w3613s/w3613s00.htm#:~:text=La%20Declaraci%C3%B3n%20de%20Roma%20sobre,%2C%20nacional%2C%20regional%20y%20mundial. Acesso em: 13 dez. 2023.

PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano 2021-2022**. 2022. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-05/hdr2021-22ptpdf.pdf . Acesso em: 13 dez. 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (BRASIL). **OLHE PARA A FOME**: A fome e a insegurança alimentar avançam em todo o Brasil. [S. l.], 2022. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/ . Acesso em: 13 dez. 2023.

RODA VIVA. Memória Roda Viva.. Fundação Padre Anchieta. **Ruth Cardoso**. 8 mar. 1999. Disponível em: https://rodaviva.fapesp.br/materia/445/entrevistados/ruth_cardoso_1999.htm. Acesso em: 13 dez. 2023.

RUDZIT, Guilherme. O debate teórico em segurança internacional: Mudanças frente ao terrorismo? Civitas – **Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 2, p. 297-323, jul.-dez. 2005. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/5/1598/. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVA, Tiago Falcão. (org.) **15 anos Bolsa Família (2003-2018)**. Brasília: Enap, 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3647/4/15%20Anos%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVA, Tiago Falcão. (org.) **15 anos Bolsa Família (2003-2018)**. Brasília: Enap, 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3647/4/15%20Anos%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

SIMON, George-André. **History of Food Security**. 2012. Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/templates/ERP/uni/F4D.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

SUSTAINABLE Development Report - Zero Hunger – Dashboard. [202-?]. Disponível em: https://dashboards.sdgindex.org/map/goals/SDG2. Acesso em: 13 dez. 2023.

SUZART, André Souza; FERREIRA, Aldo Pacheco. Avaliação do Programa Bolsa Família (PBF) na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas, Vitória da Conquista, BA. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 3, p. 585–595, 2018. Disponível em: https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1636. Acesso em: 13 dez. 2023.

TV SENADO. **Brasil volta ao Mapa da Fome**. 13 ago. 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/tv/programas/inclusao/2022/08/brasil-volta-ao-mapa-da-fome. Acesso em: 13 dez. 2023.

VASCONCELOS, F.A.G. et al. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Rev Nutr.,** [s.l.], v. 32, p. e180161, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rn/a/x5nRd9jQX8dZPmg8JqwrXBD/?lang=en. Acesso em: 13 dez. 2023.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão à minha mãe, Elisane, à minha avó, Izaura, e ao meu avô, João, cujo apoio incondicional foi fundamental desde que vim ao mundo. Suas contribuições, muitas vezes sacrificiais, foram um alicerce essencial para meu sucesso.

À pessoa que se tornou um pilar em minha vida, Fábio, dedico especial reconhecimento. Seu suporte e sua generosidade durante momentos desafiadores foram determinantes para que eu pudesse superar obstáculos e alcançar minhas metas.

Minha profunda gratidão se estende também ao meu tio, Diego, e minha tia, Claire, que me acolheram e me proporcionaram suporte inestimável durante minha estadia na Nova Zelândia, o que contribuiu imensamente para que eu pudesse chegar aqui e estar apta a desbravar um mundo de oportunidades. Tenho uma dívida eterna com vocês.

Agradeço sinceramente aos meus professores universitários, cuja orientação e conhecimento foram essenciais para minha formação acadêmica. Uma menção especial à minha orientadora, professora Patrícia Machado. Seu brilho nos olhos pela América Latina contribuiu decisivamente para minha paixão pela região, influenciando a escolha do tema desta pesquisa.

Ao professor Flávio Comim, cuja palestra sobre Aporofobia reacendeu minha motivação e me lembrou do propósito subjacente à escolha de cursar Relações Internacionais. Agradeço por fornecer o último raio de sol necessário para definir o caminho que eu seguiria após este ciclo acadêmico.

Dedico, então, este trabalho aos meus amados avós, Izaura e João, que, embora não tenham tido a oportunidade de concluir seus estudos devido à escassez de acesso e oportunidades, sempre foram fontes inesgotáveis de inspiração e apoio em minha jornada acadêmica.

À minha querida mãe, Elisane, cuja coragem e sacrifício são a essência da minha busca pelo conhecimento. Mesmo sem perceber, ela foi a chama que acendeu meu desejo de fazer graduação, tendo abdicado desse sonho para dedicar-se a mim e às minhas irmãs.

Que este trabalho seja uma homenagem modesta ao legado daqueles que moldaram minha trajetória, e uma expressão sincera de gratidão pelo amor, inspiração e apoio constantes que recebi ao longo dessa jornada.

Por fim, expresso meu reconhecimento e agradecimento a todos os envolvidos nessa jornada. Essa conquista não é apenas minha, mas, principalmente, de toda a minha família, que se orgulha de eu ser a primeira a testemunhar a graduação. Minha gratidão é eterna.